



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 415/11**

**Ementa:** Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette" realizada anualmente em setembro, no Município de Braganey.

**Art. 1º-** Fica inserida no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Romaria ao Santuário de Nossa Senhora da Salette", realizada anualmente em setembro, no Município de Braganey.

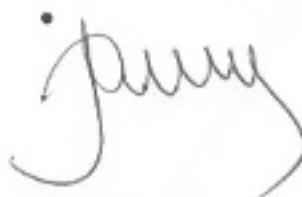
**Art. 2º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 464/11**

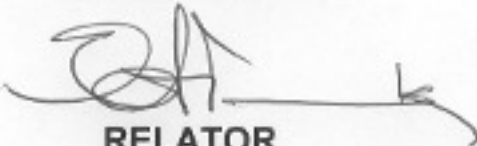
**Ementa:** Denomina de João Cirino dos Santos Sobrinho o prédio da 34ª CIRETRAN de Toledo.

**Art. 1º-** Fica denominada de “João Cirino dos Santos Sobrinho” a edificação onde está localizada a 34ª CIRETRAN, no município de Toledo.

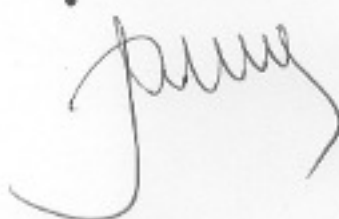
**Art. 2º -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 24 de outubro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 549/11**

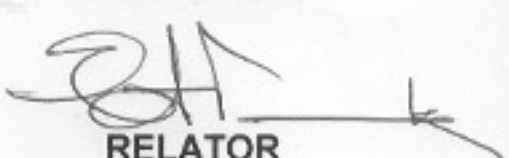
**Ementa: Declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro na cidade de Umuarama.**

**Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro na cidade de Umuarama.**

**Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 633/11**

**Ementa:** Declara de Utilidade Pública o Centro Social Padre Arnaldo Jansen, com sede e foro no Município de São José dos Pinhás.

**Art. 1º.** Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Centro Social Padre Arnaldo Jansen, com sede e foro no Município de São José dos Pinhás.

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

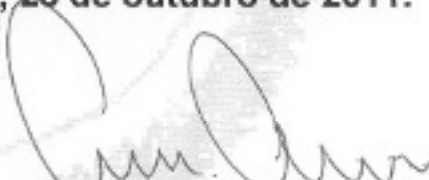
### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 708/11**

**Ementa: Declara de Utilidade Pública o Instituto Nauru, com sede e foro no Município de Curitiba.**

**Art. 1º- Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Nauru, com sede e foro no Município de Curitiba.**

**Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







MINISTÉRIO PÚBLICO  
do Estado do Paraná

do Estado do Paraná

D. L.

Fls. 02

ANTEPROJETO DE LEI

587/11

Súmula: Cria cargos no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma os cargos de provimento em comissão que especifica e dá outras providências.

Art. 1º. Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná os seguintes cargos:

I - 32 (trinta e dois) cargos efetivos de técnico superior, para compor o Grupo Ocupacional Superior;

II - 40 (quarenta) cargos efetivos de auxiliar técnico, para compor o Grupo Ocupacional Intermediário;

III - 40 (quarenta) cargos efetivos de auxiliar administrativo, para compor o Grupo Ocupacional Básico;

IV – 11 (onze) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-3:

V - 14 (quatorze) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-4;

VI - 64 (sessenta e quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria, símbolo DAS-5.

§ 1º. Ficam transformados 05 (cinco) cargos de provimento em comissão de vice-diretor de departamento e 01 (um) de coordenador de informática, símbolo DAS-5, em 06 (seis) cargos de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça, símbolo DAS-5.

§ 2º. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º. O provimento dos cargos efetivos previstos neste artigo dar-se-á no nível inicial dos respectivos Grupos Ocupacionais, a partir de 1º de janeiro de 2012.

§ 4º. No provimento dos cargos em comissão previstos nesta lei será observado o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010.

Art. 2º. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei terão lotação na Procuradoria-Geral de Justiça e serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral.

Art. 3º. A investidura nos cargos efetivos criados na forma do artigo 1º dependerá de aprovação prévia em concurso público, considerando-se os requisitos essenciais definidos em lei e regulamentação específica.

total nucleated mononuclear cells



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Art. 4º. A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados por esta Lei corresponde aos valores constantes das Tabelas I, II e III do Anexo I, dos Anexos IV e V do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

Art. 5º. Os cargos criados por esta Lei serão providos na medida da necessidade do serviço, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 6º. A progressão na carreira dar-se-á de acordo com o disposto no artigo 5º, incisos I e II, da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 8º. Fica revogado o § 3º do artigo 15 da Lei nº 11.455, de 10 de julho de 1996.

Art. 9º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



## JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a criação de cargos efetivos e de cargos de provimento em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, a transformação dos cargos de provimento em comissão que especifica e dá outras providências.

Visa a presente proposta suprir as necessidades decorrentes da implementação de uma nova etapa da remodelação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, agora com vistas a compatibilizá-la com as diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPAR 2018, aprovado em 15.12.2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.

Como consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na supracitada Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação"*.

Convém assinalar, outrossim, que estudos de readequação organizacional do Ministério Público do Paraná foram iniciados em 27 de agosto de 2004, tendo mais recentemente a Portaria Conjunta nº 001/2008-SUBPLAN/SUBADM, de 12 de dezembro de 2008, instituído Grupo de Trabalho para efetivar a revisão e o ajuste da estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça à nova realidade institucional, cuja conclusão foi apresentada 07 de abril de 2010.



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

D. L.

Elc. 05



Focalizando os serviços auxiliares surge, assim, a presente proposta como mais uma etapa de um amplo processo de modernização administrativa e funcional que contempla a incorporação de projetos diversos voltados a diferentes e múltiplas atividades.

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir o montante de R\$ 346.919,29 (trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e vinte e nove centavos), corresponde a um acréscimo de 1,447381% (um vírgula quatro, quatro, sete, três, oito, um, por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 1.879.146,17 (um milhão, oitocentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e seis reais e dezessete centavos) para o presente exercício, previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 16.739, de 29.12.2010), conforme Informação nº 712/11 e nº 713/11, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 731/11) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, no presente exercício (ago/dez), será de 0,010% (zero vírgula zero, um, zero, por cento) em relação à receita corrente líquida, fixando-se com este acréscimo em 1,514% (um vírgula cinco, um, quatro, por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 09 de maio próximo passado.

9



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 1281/11-GAB

Curitiba, 26 de julho de 2011.

D. L.

Fls. 07

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 01 AGO 2011

1º Secretário

A DAT p/ ltr  
no expediente  
A DL p/ providen-  
cia  
E. 12 de julho 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que cria cargos efetivos e de provimento em comissão no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 14569
EM 27/07/11
 FUNCIONÁRIO



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



## DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da criação de cargos efetivos e de provimento em comissão, no Quadros dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, objeto do Projeto de Lei nº 587, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, aprovado pela Lei nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 15.757, de 27.12.2007 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.561, de 16 de agosto de 2010 (LDO).

Curitiba, 24 de agosto de 2011.

Olympio de Sá Sotto Maior Neto

Procurador Geral de Justiça

**DEMONSTRATIVO IMPACTO EM FOLHA DE PAGAMENTO REFERENTE REESTRUTURAÇÃO DA PGJ**

Descrição	Atual DAS - 5	Novo DAS - 3	Diferença	Mensal	Mensal acrescido de 6,51% + 5,04%	Ago/Dez/11	13.º Sal/11	COM AUMENTO 6,51% + 5,04% Total 2011	Total 2012
<b>3 Cargos de DAS-5 para DAS-3 (Servidores Efetivos)</b>									
Total	4.484,48	5.945,74	1.461,26	4.383,78	4.804,57	24.522,87	2.043,57	26.566,44	63.759,45
<b>3 Cargos de DAS-5 para DAS-3 (Puros)</b>									
Total	5.128,49	6.769,17	1.640,68	4.922,04	5.506,78	27.533,89	2.294,49	29.828,38	71.588,12
<b>70 Novos Cargos de Assessor de Promotoria-DAS-5 (Puros)</b>									
Total		2.419,53	2.419,53	169.367,10	189.487,91	947.439,56	78.953,30	1.026.392,86	2.463.342,85
<b>5 Novos Cargos de DAS-3 (Puros)</b>									
Total		6.769,17	6.769,17	33.845,85	37.866,74	189.333,68	15.777,81	205.111,49	492.267,58
<b>14 Novos Cargos de DAS-4 (Puros)</b>									
Total		5.890,94	5.890,94	82.473,16	92.270,97	461.354,86	38.446,24	499.801,10	1.199.522,63
<b>32 Novos Cargos de Nível Superior</b>									
Total		5.850,42	5.850,42	187.213,44					1.047.271,98
Total		7.635,03	7.635,03	244.320,96					2.186.770,32
<b>40 Novos Cargos de Nível Intermediário</b>									
Total		3.115,20	3.115,20	124.608,00					697.057,15
Total		4.050,95	4.050,95	162.038,00					1.450.304,92
<b>40 Novos Cargos de Nível Básico</b>									
Total		1.926,89	1.926,89	77.075,60					431.180,91
Total		2.493,86	2.493,86	99.754,40					892.841,78

Obs: Valores expressos em reais.

Base: Junho/2011

Cálculo efetuado considerando-se o reajuste de 6,51% (período mai/2010 a abril/2011) + 5,04% (mai/2007 a abril/2008).

O incremento mensal de R\$ 330.036,97 corresponde a 1,376946% do total bruto da folha de pagamento.

Mensal	Ago/Dez/11	13.º Sal/11	Total 2011	2012
330.036,97	1.650.184,86	137.515,41	1.787.700,27	10.995.887,69

**Resumo**

Mensal	
Ago/Dez/11	1.650.184,86
13.º Sal/2011	137.515,41
Total 2011	1.787.700,27
2012	10.995.887,69
2013	11.524.730,57

D. L.  
Fls.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO Nº 0712/11

PROTOCOLO Nº 13195/04 - MP/PGJ.

ASSUNTO: Solicita criação de novos cargos em comissão e efetivos.

**Senhor Coordenador Executivo:**


Informo a Vossa Excelência que existe disponibilidade orçamentária e financeira para atender a despesa, no valor de R\$ 1.787.700,27 (um milhão, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos reais e vinte e sete centavos), referente à criação de novos cargos em comissão, para o período de agosto a dezembro/11.

Para o exercício de 2012, o recurso orçamentário no valor de R\$ 4.290.480,63 (quatro milhões, duzentos e noventa mil, quatrocentos e oitenta reais e sessenta e três centavos), referente à criação de novos cargos em comissão, e R\$ 6.705.407,06 (seis milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e sete reais e seis centavos), referente à criação de novos cargos efetivos, para o período de janeiro a dezembro, integrará a Proposta Orçamentária para o exercício de 2012.

Após autorização, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.02062262.392 – Administração dos Serviços do Ministério Público, nos subelementos de despesa 3190.1103 – Vencimentos e Vantagens dos Cargos em Comissão – Com Vínculo e 3190.1106 – Vencimentos e Vantagens dos Cargos em Comissão – Sem Vínculo.

Informa-se na oportunidade, que despesas com Pessoal e Encargos estão previstas na Lei Orçamentária Anual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010.

Curitiba, 13 de julho de 2011.

  
Maria Priscila Mazarotto Thomé  
Diretora

Visto: 13/07/11

Orçamentário - 



# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO : Nº 0731/2011

PROTOCOLO : 13195/2004 - MP/PR

ASSUNTO : IMPACTO RELATIVO A DESPESA TOTAL COM PESSOAL, EM FACE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL— CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO E GRATIFICAÇÕES DE ASSESSOR - PGJ.

## I - DO LIMITE DE 2%

a) Segundo o artigo 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único, quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90 % -, são vedados:

- I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;*
- II. criação de cargo, emprego ou função;*
- III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;*
- IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;*
- V. contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

## II - DO CÁLCULO DO IMPACTO

a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e têm os registros referentes aos gastos com pessoal, tendo sido projetados os valores para o exercício de 2011 com base no orçamento anual. Os montantes da Receita Corrente Líquida foram previstos com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação à do exercício de 2010.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO FINANCEIRO**

b) A situação para o exercício de 2011, antes do cômputo da despesa em análise, é a seguinte:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Maior/10 a Abr/11	17.608.076.946	341.853.289	1,941%	279.064.350	1,585%	228.590.072	1,298%
Set/10 a Ago/11	18.049.505.680	357.848.744	1,983%	289.413.580	1,603%	237.978.317	1,318%
Jan/11 a Dez/11	18.291.855.076	378.592.560	2,070%	325.077.793	1,777%	274.611.436	1,501%

c) O impacto da despesa em questão corresponde a R\$ 346.919,29, mensais, para os meses de agosto a dezembro/11, R\$ 144.549,71, referente ao 13º salário/11 e de R\$ 4.509.950,79, anuais, para o exercício de 2012, conforme quadro a seguir:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL	Deduzida da Desp. Ex. Ant.	% da RCL	Deduzida do IRRF	% da RCL
Maior/10 a Abr/11	17.608.076.946	341.853.289	1,941%	279.064.350	1,585%	228.590.072	1,298%
Set/10 a Ago/11	18.049.505.680	358.916.505	1,989%	290.481.340	1,609%	239.046.078	1,324%
Jan/11 a Dez/11	18.291.855.076	380.995.021	2,083%	327.480.254	1,790%	277.013.697	1,514%

d) Se autorizada, a despesa em questão, corresponderá a **0,010%** no gasto total com pessoal no exercício de 2011, em relação à Receita Corrente Líquida (prevista para o exercício de 2011) de **R\$ 18.291.855.076,00**.

É a informação.

D.F., 13 de julho de 2011.

Maria Priscila M. Thomé  
Diretora do Departamento Financeiro



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 587/11**

**Projeto de Lei nº 587/11**  
**Autor: Ministério Público**

**Súmula:** Cria cargos no Quadro Dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma os Cargos de Provimento em Comissão que especifica e dá outras providências.

**EMENTA:** CRIA CARGOS NO QUADRO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, TRANSFORMA OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa suprir as necessidades decorrentes da implementação de uma nova etapa da remodelação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, iniciada com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008.

**FUNDAMENTAÇÃO**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Corroborando este entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que “[...] das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, **‘propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira’**. Dá-se-lhe, assim, **o poder de iniciativa de leis nessas matérias**”<sup>1</sup>.

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

**Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:**

**II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;**

---

<sup>1</sup> SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

**Art. 16.** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

•



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**

**RELATOR**



30

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 587/11**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo art. 33-B, do Regimento Interno, examinar o Projeto de Lei nº 587/11, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1281/11, que cria cargos no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, transforma os cargos de provimento em comissão que especifica e dá outras providências.

A iniciativa proposta foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o devido parecer favorável à matéria em questão.

No que compete à vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, observamos que a matéria encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Constata-se a existência de declaração do ordenador de despesa informando que a despesa decorrente do reenquadramento dos cargos efetivos de Oficial de Promotoria, apresenta a adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2011, aprovado pela Lei nº 16.739, de 29/12/11 (Lei Orçamentária Anual) e compatibilidade com o Plano Plurianual aprovado pela Lei nº 15.757, de 27/12/07 e com as diretrizes orçamentárias aprovados pela Lei nº 16.561, de 16/08/10 (LDO).

Considerando que os estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos-DAFRE, nos mostram o impacto financeiro mensal na folha de pagamento que poderá atingir o montante de R\$346.919,29 (trezentos e quarenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e vinte e nove centavos), correspondente a um acréscimo de 1,447381% (um vírgula quatro, quatro, sete, três, oito, um, por cento),



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

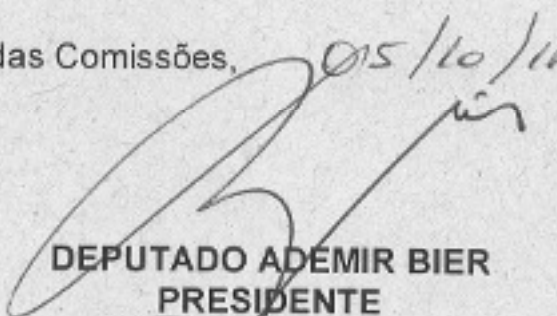
tendo a referida despesa, estimada em R\$1.879.146,17 (um, milhão, oitocentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e seis reais e dezessete centavos) para o presente exercício, previsão na Lei Orçamentária Anual nº. 16.739, de 29 de dezembro de 2010, conforme Informação nº 712/11, e nº 713/11, do Departamento Financeiro.

Considerando ainda, que o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (informação nº 731/11) demonstra que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição no presente exercício (agosto/dezembro), será de 0,010% (zero vírgula zero, um, zero, por cento) em relação à receita corrente líquida, fixando-se com este acréscimo de 1,514% (um vírgula cinco, um, quatro, por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prodencial.

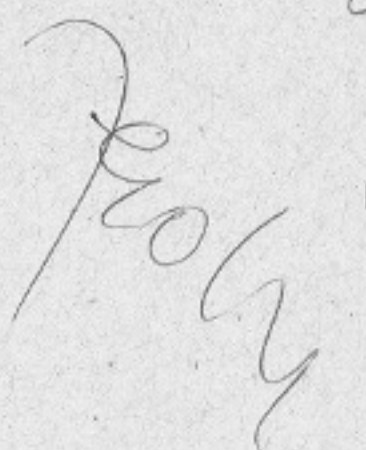
Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, este Relator, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

05/10/11  
  
**DEPUTADO ADEMIR BIER**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADA MARLA TURECK**  
**RELATORA**





642  
**ANTEPROJETO DE LEI N.º \_\_\_\_/2011**

D. L.

Fls. 02

Súmula: Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

Art. 1.º Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

Art. 2.º A construção das Usinas Hidrelétricas São João e Cachoeirinha, constantes do artigo anterior, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, nos termos da lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 13 de junho de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

MENSAGEM N.º 08/2011

Curitiba, 13 de junho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 209, da Constituição do Estado do Paraná, o anteprojeto de lei que autoriza a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

#### JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

Trata-se da implantação e exploração das Usinas Hidrelétricas e respectivas instalações de interesse restrito à central geradora, atuando como produtor independente de energia elétrica, com conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Conforme Resolução Normativa n.º 1.248, de 12 de fevereiro de 2008, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, foi outorgada à Chopim Energia S.A., subsidiária da Gerdau Aços Longos S.A. e Itaguaí Comércio Importação e Exportação Ltda. e integrantes do Grupo Gerdau, a concessão para implantar e explorar as UHE's São João e Cachoeirinha, objeto do Contrato de Concessão de Geração n.º 16/2002- ANEEL.

Ainda, foi submetido ao órgão competente, neste caso o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, em 08 de junho de 2001, os correspondentes EIA/RIMA, que foram devidamente analisados por aquele e, em sendo assim, foram emitidas as licenças ambientais prévias de n.º 23151 e n.º 23152, em 12 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
N/CAPITAL

## GABINETE DO GOVERNADOR



Insta salientar que a licença prévia é concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, aprova sua localização e concepção, atesta a viabilidade ambiental e estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases seguintes da implantação.

As Usinas Hidrelétricas de São João e Cachoeirinha deverão operar, a partir de 2013, com capacidade suficiente para atender a demanda de uma cidade com aproximadamente 300 mil habitantes. Ainda, a construção das respectivas UHE's gerará mais de 1.500 empregos diretos, com impactos positivos na economia da região e do Estado, e sensíveis melhorias na qualidade de vida da população abrangida pelos empreendimentos, além de suplementar o potencial energético do Estado do Paraná.

Os projetos das UHE's de São João e Cachoeirinha estão inclusos no Programa de Aceleração do Crescimento 2 – PAC-2, haja vista a urgência que o país tem em dar especial atendimento à geração de energia, insumo fundamental para o crescimento do país.

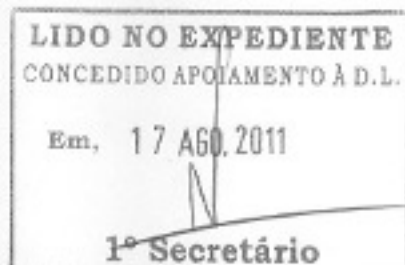
Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus de consideração e apreço.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 26 de abril de 2011  
OF CEE/G 044/11



I - A DAP p/ leitura no ex  
pedido

II - A DL p/ providências  
Em, 05. agosto 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,  
a Mensagem n.º 08/2011, relativa ao anteprojeto de lei que  
autoriza a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São  
João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia  
hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório  
Serpa, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/RC

14120 17/08/2011 08:38:2 DAF 05290113 11515.01196 00 195646



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 642/11**

**Projeto de Lei nº 642/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 008/2011**

**Súmula:** Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu, Municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.

**EMENTA:** CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS (UHE) DENOMINADAS SÃO JOÃO E CACHOEIRINHA LOCALIZADAS NO RIO CHOPIM, BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IGUAÇU, MUNICÍPIOS DE CLEVELÂNDIA E HONÓRIO SERPA. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAP Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa autorizar a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Verifica-se que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

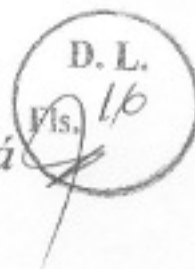
Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)**

Entende-se por Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



reservatório maior que 3 km<sup>2</sup> (300 ha), nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

*Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:*

*c. UHE - Usina Hidrelétrica de Energia – é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts), que possua reservatório maior que 3 km<sup>2</sup> (300 ha) ou assim definidas pela ANEEL.*

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Usina Hidrelétrica de Energia – UHE necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembléia Legislativa:

*Art. 10º Empreendimentos caracterizados como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH, com potência instalada acima de 10 MW, e como USINA HIDRELÉTRICA DE ENERGIA – UHE, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:*

*II. LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI*

*a) Cadastro de Obras Diversas – COD;*

*b) Aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;*

*c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico / Estudo de Viabilidade do Empreendimento;*

*d) Projeto Básico Ambiental - PBA;*

*e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;*

*f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;*

*g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;*

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

*Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 17

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente projeto de lei e o mesmo está conforme os ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n° 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011

**NELSON JUSTUS**  
Presidente

**ADEMAR TRAIANO**  
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/n° - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo




## **REQUERIMENTO**




Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 642/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 008/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 642/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 008/11, que objetiva autorizar a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2011.

  
Deputado Ademair Traiano  
Líder do Governo

  
Caline F. Gondim  
Coord. C.C.J.

*recebido 25/10/11*



*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

Presidente: Deputado Marcelo Rangel

Vice-Presidente: Deputado Francisco Bühner

**MEMBROS**

Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Bier; Deputado Elton Welter;

Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 642/2011  
AUTORIA PODER EXECUTIVO – MENSAGEM 08-2011**

**I - PREÂMBULO**

De autoria do Poder Executivo, o presente Plano de Lei objetiva colher desta Assembleia Legislativa a devida autorização para a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha localizadas no Rio Chopim, integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu nos Municípios de Clevelândia e Honório Serpa.

**II - RELATÓRIO**

Procedida análise da Proposta, sob a égide da competência regimentalmente imposta a esta Comissão Temática Permanente, em especial no que tange aferição do mérito que consubstancia o Projeto de Lei, temos a manifestar a integral concordância com os objetivos encaminhados na justificativa da proposição.

Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção*

7  
e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no  
**Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**



Salientamos que a crescente demanda energética no Estado do Paraná vem aumentando vegetativamente, visto que a tendência global por consumo de energia renovável, como são as hidroelétricas, meio ecologicamente sustentável, trabalham pela manutenção e ampliação do sistema brasileiro.


Energia é sinônimo de desenvolvimento, não só regional, mas também ao Estado, pois além de possibilitar a instalação de indústrias, gera mão de obra desde a construção das Usinas, resultando em benefícios às populações envolvidas e aos cofres públicos.

### **III - VOTO DO RELATOR**

Neste sentido, manifestamos parecer **FAVORÁVEL**, a Proposta Governamental, nada encontrando que possa obstar a tramitação processual legislativa no que diz respeito ao mérito desta Proposição, estando em perfeitas condições de merecer o exame finalístico do colegiado parlamentar desta Assembleia Legislativa.

É o parecer,  
Salvo, melhor juízo.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**  
**Sala das Comissões em 26 de outubro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**  
Presidente da Comissão



**ADELINO RIBEIRO**  
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ASSUNTOS MUNICIPAIS DA ALEP

D. L.  
28  
Fis.

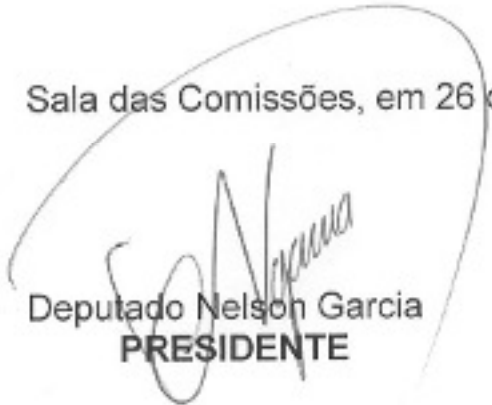
PARECER AO PROJETO DE LEI 642/11

O presente Projeto de Lei 642/11, oriundo da Mensagem Governamental 008/11 tem por objetivo autorizar a construção das Usinas Hidrelétricas São João e Cachoeirinha localizadas no Rio Iguaçu nos municípios de Clevelândia e Honório Serpa.

Chamada esta Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais da ALEP a se manifestar, conforme suas prerrogativas regimentais assentadas no art. 33-L entende que a matéria é de suma importância e nada obsta sua tramitação nesta Casa de Leis, manifestando-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação do Projeto em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 2011.

  
Deputado Nelson Garcia  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## Comissão de Ecologia e Meio Ambiente – CEMA

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2011

No dia trinta e um de Outubro do corrente ano, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente – CEMA, tendo como pauta a apreciação do Projeto de Lei nº 642/2011. Sob a presidência do Deputado Luiz Eduardo Cheida e na presença dos deputados Rasca Rodrigues (Vice-Presidente da Comissão), Hermas Brandão Júnior, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Elton Welter e Jonas Guimarães, constatou-se a presença de todos os deputados da comissão, dando-se início a presente reunião, o presidente Deputado Cheida, ressaltando o único projeto em pauta, passou-se a palavra ao deputado Pedro Lupion, relator do PL nº 642/2011, de autoria do Poder Executivo, que trata da autorização para construção das usinas hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, Bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, Municípios de Clevelândia e Honório Serpa, Estado do Paraná, após a leitura do parecer favorável ao projeto de lei nº 642/2011, o Deputado Pedro Lupion ressaltou a importância das construções de fontes de energias renováveis, quanto aos impactos ambientais da região ressaltou que o presente projeto já possui autorização prévia dos órgãos ambientais competentes que compete aos mesmos os estudos quantos aos impactos ambientais e autorização definitiva para a referida implantação, o presidente o colocou em discussão, não havendo quem quisesse debater, foi posto em votação, e o parecer favorável foi aprovado por unanimidade. Não tendo mais assuntos a tratar o Presidente da Comissão Deputado Luiz Eduardo Cheida encerrou a Reunião Ordinária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, e eu, Ana Paula Bordini Orasmo, Secretária desta Comissão, lavrei a presente ata, contendo uma páginas, assinada pelo Presidente da Comissão e por mim, que após lida e aprovada foi assinada pelos demais membros da Comissão.

Dep. Luiz Eduardo Cheida  
Presidente da CEMA

Dep. Rasca Rodrigues  
Vice-Presidente da CEMA

Dep. Cantora Mara Lima  
Membro Titular da CEMA

Dep. Jonas Guimarães  
Membro Titular da CEMA

Dep. Pedro Lupion  
Membro Titular da CEMA



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Dep. Elton Welter  
Membro Titular da CEMA

Dep. Hermas Brandão Junior  
Membro Titular da CEMA

Ana Paula Bordini Orasmo  
Secretária da CEMA



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PLENÁR  
DAP  
01 NOV

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 642/2011 MENSAGEM 08/2011 DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Acrescenta o artigo 3º ao Projeto de Lei 642/2011 de autoria do Poder Executivo.

Art. 1º - Fica acrescido o artigo 3º ao Projeto de Lei 642/2011 com a seguinte redação:

Art. 3º Fica instituída uma Comissão Mista, presidida por um deputado, com a finalidade de acompanhar simultaneamente a execução das condicionantes números 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12, constantes da Licença Ambiental Prévia de número 23152, emitida pelo IAP em 12/03/2010, de modo especial na negociação de desapropriação e indenização de todos os atingidos, formada pelos seguintes membros:

- I - um representante do Governo do Estado;
- II - um representante da empresa concessionária;
- III - um representante do Ministério Público;
- IV - um representante do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens);
- V - três deputados estaduais, e
- VI - um representante dos atingidos locais.

Art. 2º - Renomeie-se o artigo 3º do presente Projeto de Lei para artigo 4º com a mesma redação.

Plenário das Sessões, 1º de novembro de 2011.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Dep.ª Luciapa Rakegnin

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Elton Mello

Dep. Enio Vem

Dep. Mado Veneri

Dep. Prof. Lemos



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

01 NOV. 2011

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 642/2011 MENSAGEM 08/2011 DO PODER EXECUTIVO

EMENTA: Acrescenta o artigo ao Projeto de Lei 642/2011 de autoria do Poder Executivo.

D. L.

Fls. 37

Art. 1º - Fica acrescido onde couber artigo ao Projeto de Lei 642/2011 com a seguinte redação:

Art. (...) O início da construção das usinas a que se refere o presente Projeto de Lei fica condicionado a efetiva comprovação do atendimento de todas as condicionantes constantes da Licença Ambiental Prévia de número 23152, emitida pelo IAP em 12/03/2010.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Sessões 1º de novembro de 2011.

*Luiz Antonio*  
*junior*

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

**ANTEPROJETO DE LEI Nº 643/2011**

Sumula: Dispõe sobre o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum de aplicação.

Art. 1º. Fica regulamentado, no âmbito do Estado do Paraná, o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum de aplicação.

Art. 2º. Poderão realizar-se no regime de adiantamento os gastos decorrentes:

I – de despesas de pequeno valor e de pronto pagamento, de caráter emergencial e extraordinária;

II – com alimentação em estabelecimento militar, penal, de assistência, de educação e demais órgãos instrumentais e substantivos previstos nos incisos II e III do Artigo 9º da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de aplicação;

III – de conservação com material de consumo e contratação de serviços;

IV – de diária, ajuda de custo, estada e alimentação, excetuando-se os órgãos que se utilizam do serviço "Central de Viagens";

V – de despesa judicial;

VI – de diligência administrativa;

VII – de diligência policial;

## GABINETE DO GOVERNADOR



VIII – de representação eventual;

IX – de despesa com alojamento, alimentação e estada de delegações esportivas ou escolares representativas do Estado em outras unidades da Federação;

X – de despesa com alojamento e alimentação de delegações esportivas ou escolares de outras unidades da Federação que participarem de eventos organizados pelo Governo do Estado, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de aplicação;

XI – de custeio de estabelecimentos públicos, desde que fixados, previamente, por ato do Chefe do Poder Executivo, estabelecendo a natureza e o limite mensal da despesa;

XII – de aquisição de objetos históricos, obras de arte, peças de museu e semelhantes, destinados à coleção do Estado, mediante prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo, cuja aquisição deverá ser anotada no Sistema de Patrimônio do Estado;

XIII – de pagamento excepcional devidamente justificado e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo ou por expressa disposição de lei

§ 1º. Considera-se despesa de pequeno valor e de pronto pagamento, respeitado o duodécimo da respectiva dotação:

a) Despesas realizáveis com aquisição de materiais de consumo classificáveis no elemento de despesa 3390-30 e subelementos subsequentes;

b) Despesas realizáveis com a prestação de serviços de terceiros classificáveis no elemento de despesa 3390-39 e subelementos subsequentes.

§ 2º. O valor dos adiantamentos para atender às despesas de pequeno valor e de pronto pagamento poderá ser reduzido por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º As despesas decorrentes de adiantamento devem estar previamente empenhadas.

Parágrafo único: O adiantamento deverá ser feito exclusivamente a servidor

## GABINETE DO GOVERNADOR



ocupante de cargo de provimento efetivo ou a militar, mediante Nota de Empenho, sendo os recursos depositados em Bancos Oficiais e as despesas deverão ser efetuadas no período máximo de até 90 (noventa) dias, prazo esse improrrogável, devendo o saldo remanescente ser recolhido em 05 (dias) úteis, tendo o servidor ou o militar até 15 (quinze) dias para a respectiva prestação de contas.

Art. 4º. A aplicação dos adiantamentos deverá obedecer às normas, condições e finalidades constantes da sua requisição.

Parágrafo único. O servidor ou o militar deverá efetuar os pagamentos, preferencialmente, através de cheques nominiais ou transferências interbancárias sem custos e nos casos em que o pagamento somente for realizado por numerário, esse não poderá manter retido por mais de 5 (cinco) dias, salvo por motivo devidamente comprovado, perante a autoridade competente do órgão pagador ou da entidade autárquica.

Art. 5º. Não se fará novo adiantamento:

I - a quem do anterior não haja prestado contas, no prazo legal;

II - a servidor ou militar responsável por 2 (dois) adiantamentos;

III - a quem, dentro de 30 (trinta) dias, deixar de atender a notificação para regularizar prestação de contas;

IV - a servidor ou militar declarado em alcance, assim considerado aquele que deixar de cumprir o disposto no artigo 13 desta Lei.

Art. 6º. Da requisição de adiantamento constará expressamente:

I - o dispositivo legal em que se baseia ou a autorização de autoridade competente;

II - o nome e o cargo ou função do responsável;

III - a dotação orçamentária por onde será classificada a despesa, ou o crédito orçamentário;

IV - o período de aplicação do recurso.

## GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 7º. O adiantamento somente será liberado pela autoridade competente, após justificativa em processo regular, com a menção do valor requisitado e após cumpridas as formalidades legais, observando-se a precedência da nota de empenho, a necessária liquidação e o respectivo pagamento em conta específica.

Art. 8º. O processo de adiantamento contendo a prestação de contas é de inteira e restrita responsabilidade da instituição quanto a sua guarda que disporá ao Tribunal de Contas para exame e parecer a qualquer tempo.

§ 1º. O processo de adiantamento deverá estar instruído com os seguintes documentos comprobatórios:

- a) Ato autorizatório;
- b) Nota de empenho, liquidação, Ordem de Pagamento Normal;
- c) Notas Fiscais/ Cupom Fiscal em ordem cronológica de data, obedecendo o período de aplicação ou duração do adiantamento;
- d) Guia de restituição do saldo de adiantamento;
- e) Relatório de reclassificação das despesas;

§ 2º. Os comprovantes mencionados no parágrafo 1º deste artigo deverão ser emitidos em conformidade com a legislação tributária vigente.

§ 3º. Os comprovantes de despesas não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitido em hipótese alguma, segundas vias ou outras vias, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução.

§ 4º. Em se tratando de nota fiscal simplificada, recibo, ou outro documento que não se especifique a despesas, esta deverá ser detalhada em folha à parte.

§ 5º. Para as despesas de pequeno valor e de pronto pagamento que por razões excepcionais, devidamente justificadas e atestadas pela chefia imediata do servidor ou militar, não possuam nota fiscal, deverão ser apresentados em seu lugar os documentos abaixo elencados:

- a) Nos casos de Pessoa Jurídica: recibo firmado pelo prestador de serviço ou fornecedor, indicando nesse documento, além do valor, a sua razão social, o seu endereço e o número do seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

## GABINETE DO GOVERNADOR



b) Nos casos de Pessoa Física: recibo firmado pelo prestador de serviço ou fornecedor, podendo, inclusive, ser de próprio punho, indicando nesse documento, além do valor, o nome, o seu endereço, o número da carteira de identidade e o número do seu Cadastro de Pessoa Física – CPF.

§ 6º. Deverão ser observadas as responsabilidades com atesto de notas fiscais, justificativas e assinaturas do detentor do adiantamento, que serão submetidas a apreciação da autoridade competente.

Art. 9º. As despesas efetuadas no elemento de adiantamento deverão ser reclassificadas conforme os elementos de despesa, e os Grupos Financeiros ou equivalentes serão os responsáveis pela reclassificação destas despesas.

Parágrafo único. A movimentação das contas bancárias deverá, obrigatoriamente, conter 2 (duas) assinaturas com cheques nominais e individualizados por credor.

Art. 10. O prazo para a prestação de contas não deverá exceder 15 (quinze) dias, a contar do vencimento do prazo de aplicação do recurso.

Parágrafo único. A prestação de contas dos adiantamentos realizados no mês de dezembro deverão ser entregues, impreterivelmente, até o dia 15 (quinze) do mês de janeiro do ano subsequente, prorrogável até o 1º (primeiro) dia útil imediatamente posterior, no caso de não haver expediente nas repartições públicas estaduais, observados os prazos estabelecidos no Decreto de encerramento do exercício.

Art. 11. Os saldos de adiantamento não aplicados até 31 de dezembro de cada exercício serão, obrigatoriamente, recolhidos a conta do tesouro, até a data prevista no parágrafo único do artigo 10 desta Lei.

Art. 12. Os Grupos Financeiros dos órgãos pagadores do Estado ou equivalentes manterão registros individualizados de todos os servidores e militares responsáveis por adiantamentos, controlando, rigorosamente, os prazos para a prestação de contas.

Art. 13. Os responsáveis que deixarem de realizar a prestação de contas de adiantamentos ou de recolher o saldo não aplicado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei, ficarão sujeitos à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do adiantamento, acrescido de correção monetária e juros moratórios no percentual de

## GABINETE DO GOVERNADOR



1% (um por cento) ao mês, calculado sobre o total do adiantamento, recolhido à conta do tesouro, salvo motivo de força maior, devidamente demonstrado e reconhecido pela autoridade competente.

§ 1º A multa e seus consectários serão aplicados pelo ordenador de despesas e deverão ser recolhidos imediatamente após o recebimento da notificação, à conta do Tesouro Geral do Estado.

§ 2º No processo de aplicação da multa e seus consectários deverá ser observado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, através de Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 24/2011**

Curitiba, 28 de julho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando regulamentar, no âmbito do Estado do Paraná, o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou não convenham subordinar-se ao processo comum de aplicação, conforme especifica.

A presente proposição legislativa tem por objetivo atender às recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado para regulamentar o regime de adiantamento no âmbito do Estado do Paraná.

O regime de adiantamento é um processamento especial da despesa pública orçamentária, através do qual se coloca o numerário à disposição de um servidor ou militar, a fim de lhe dar condições de realizar gastos que por sua natureza não possam realizar-se pelos trâmites normais. Em síntese, um servidor ou militar será designado para responder e responsabilizar-se pela importância do adiantamento, do qual prestará contas dentro do prazo regulamentar, aos órgãos controladores da execução orçamentária, funcionando, desse modo, como agente pagador.

Essa modalidade especial de processamento da despesa orçamentária é prevista na Lei Federal n.º 4.320/64, sendo que no Estado do Paraná não há diploma legislativo satisfatório regulamentando essa matéria.

O regime de adiantamento é voltado aos materiais que serão consumidos de imediato ou aos materiais e serviços cuja aquisição não permitam delongas ou, ainda, para outras situações que a lei excepcionalizar.

Os valores do adiantamento entregues ao servidor ou militar poderão relacionar-se a mais de uma natureza de despesa, desde que precedidos dos empenhos nas dotações respectivas, respeitados os valores regulamentares de cada natureza.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

## GABINETE DO GOVERNADOR



É reconhecida a necessidade de haver um efetivo planejamento quanto à gestão pública dos recursos diante das demandas surgidas. Porém, como em muitas vezes não se pode imaginar todas as possibilidades dessas demandas, podem ocorrer, como de fato ocorrem, eventualidades que têm de ser atendidas de pronto, uma vez que o seu não atendimento pode acarretar severos prejuízos ou consequências desastrosas à Administração Pública do Estado.

Ao ocorrer uma eventualidade e houver a necessidade de atendê-la de maneira rápida, não podendo, portanto, aguardar-se o processo normal (procedimento licitatório), uma das possibilidades que se franqueia ao administrador público é atendê-la por meio do regime de adiantamento.

Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de inteira justiça.

Solicito, enfim, que a tramitação do projeto de lei nessa Casa Legislativa se dê em regime de urgência, devendo ser analisado de acordo com os seus precisos termos regimentais.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



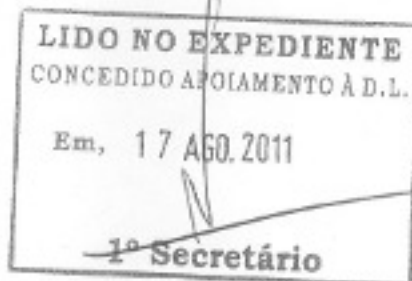
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**Palácio das Araucárias – Curitiba, 28 de julho de 2011**  
**OF CEE/G 072/11**



I - A DAF p/ leitura no  
expediente  
II - À DA p/ providências  
E, 09 de agosto 2011

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,  
a Mensagem n.º 24/2011, relativa ao anteprojeto de lei que  
objetiva regulamentar, no âmbito do Estado do Paraná, o regime  
de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro,  
para a cobertura de despesas que não possam ou não convenham  
subordinar-se ao processo comum de aplicação.

Atenciosamente,

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

**Anexo**

**Excelentíssimo Senhor**  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
**Presidente da Assembleia Legislativa do Estado**  
**CURITIBA – PR**

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:28 17/08/2011 006383 DEP ASSM/LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 18  
Sm.

**PARECER**

Projeto de Lei nº. 643/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 643/11

*Sûmula: Regulamenta o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro no âmbito do Estado do Paraná.*

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo regulamentar no âmbito do Estado do Paraná o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário de comum aplicação.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

*Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.*

*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Deste modo, resta-se evidenciada a iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Em relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito financeiro, conforme segue:

*Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifou-se)*

No entanto, a referida matéria – servidores públicos e gastos funcionais – se enquadra no rol de **competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

*Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:(...)*

*II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;*

Ainda, no que tange o assunto atinente ao direito financeiro, destaca-se a Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e, assim determina em seu art. 68:

*Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 20  
cm

*empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.*


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00, o projeto de lei na apresenta nenhum óbice, bem como em face à Lei Complementar 95/98, por estar dentro das regras de técnica legislativa.

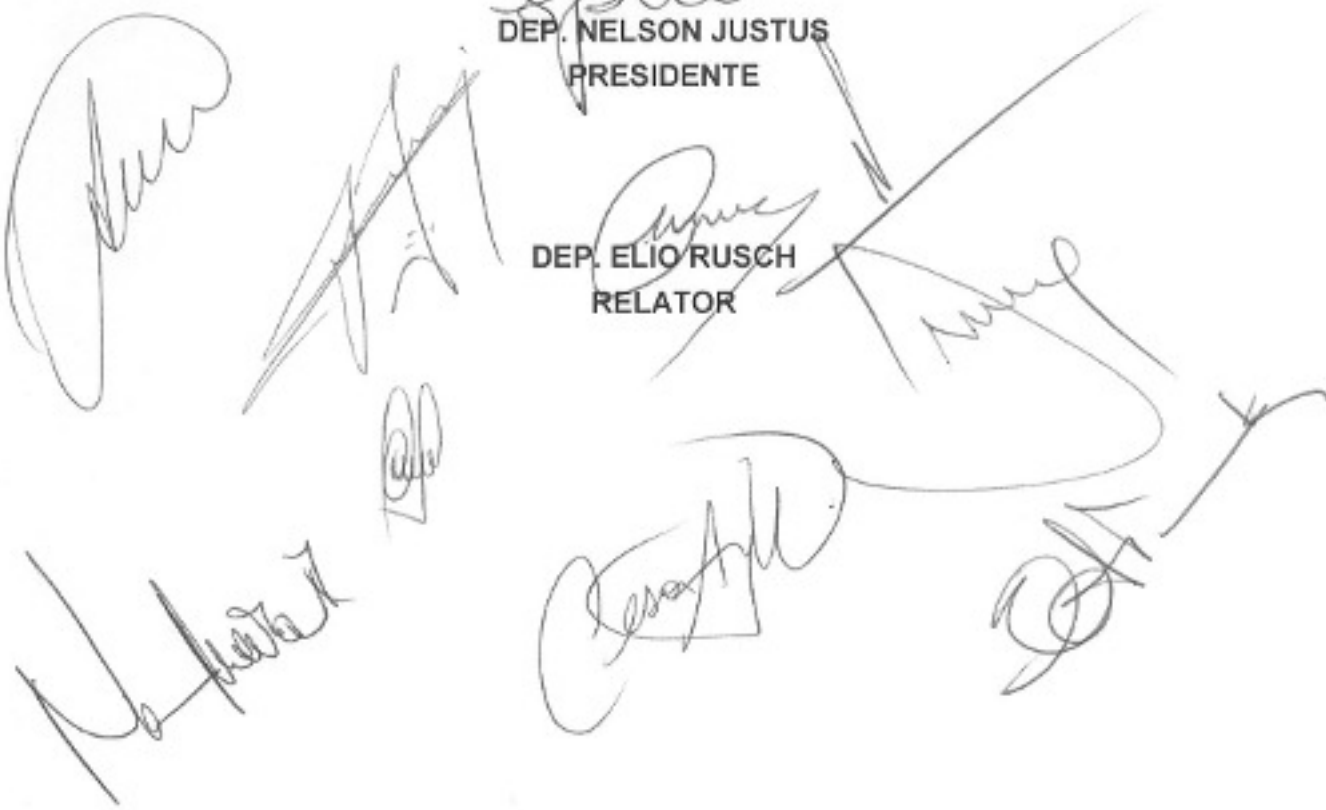
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR





D. L.  
Fls. 22  
sm.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 643/11**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo art. 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 24/11, que objetiva regulamentar no âmbito do Estado do Paraná o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum de aplicação.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que compete a análise desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se amplamente justificada. Saliente-se ainda, que as disposições da presente Lei estão previstas na Lei Federal nº 4320/64. (Lei Orçamentária Anual).

Ressalte-se ainda, que o administrador público, por meio do regime de adiantamento tem a possibilidade de dispensar o processo normal, ou seja, o procedimento licitatório, quando tratar-se de uma eventualidade e houver a necessidade de atendê-la emergencialmente.

De igual modo, observe-se que a presente medida visa atender às recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado para regulamentar o regime de adiantamento no âmbito do Estado do Paraná.

Desta forma, nada visualizamos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

*Franci*

*[Assinatura]*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

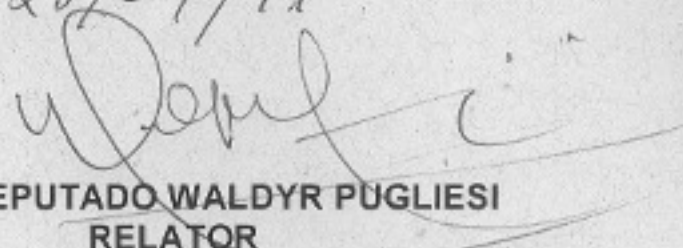
D. L.  
Fls. 23  
sm

É o parecer.

Sala das Comissões,

28/09/11

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
RELATOR





74014



EMENDA 01  
Plenário  
DAP  
11/10  
[Signature]

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 643/2011 MENSAGEM 024/2011 DO  
PODER EXECUTIVO

EMENTA: Suprime o inciso XII do artigo II ao Projeto  
de Lei 643/2011 de autoria do Poder Executivo.

Art. 1º - Fica suprimido o inciso XII do artigo 2º ao Projeto de Lei 643/2011.

Plenário das Sessões 11 de outubro de 2011.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

Dep. Luciana Rattagnin

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Enio Verri

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Prof. Lemes.

Dep. Elton Welter



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## Justificativa

A construção de Usinas Hidrelétricas, historicamente tem sido sinônimo de desenvolvimento econômico e social destinados às populações regionais e até nacionais.

No entanto, em nível local, é recorrente a preocupação da comunidade, de modo especial daqueles diretamente atingidos pelos impactos da construção de uma usina. A incerteza sobre a indenização justa e a realocação razoável cria uma grande insegurança entre os atingidos, de modo especial porque existem centenas de casos que até hoje não foram resolvidos, não obstante as usinas estejam operando há muitos anos.

Por esta razão, é importante que todo o processo seja acompanhado de perto, não apenas pelo governo do Estado e pelas empresas encarregadas do empreendimento, como também por representantes do Legislativo e das entidades da sociedade civil envolvidas.

a



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER**

**EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 643/11**

**Autores da emenda: Bancada do Partido dos Trabalhadores**

*Súmula: Suprime o inciso XII do artigo 2º ao Projeto de Lei 643/2011.*

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, regulamenta no âmbito do Estado do Paraná o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum de aplicação.

O presente projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, exarado por este relator, e foi emendado em segunda discussão no d. Plenário, cuja Emenda Supressiva, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ora se analisa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

Averigua-se, ainda, estar a emenda prevista no art. 137, § 4º, do Regimento Interno, classificando-se como supressiva.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 31  
80

Contudo, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa à emenda em análise, propõe-se a subemenda anexa, nos termos do artigo 138, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Supressiva em análise, na forma da **SUBEMENDA** anexa.

Sala das Comissões, em 25 outubro de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR



  
PEDRO LUPION  
Deputado Estadual - PR



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 32  
570

**SUBEMENDA À EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO nº 01 AO PROJETO DE  
LEI Nº 643/2011**

Com fulcro no que autoriza os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, apresenta-se a presente Subemenda, que visa alterar a Emenda Supressiva de Plenário 01 de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 1º.** Fica suprimido o inciso XII do artigo 2º do Projeto de Lei 643/2011 e renumerado o inciso XIII deste artigo para inciso XII.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 2011.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEP. ELIO RUSCH**  
**RELATOR**



  
**PEDRO LUPION**  
Deputado Estadual - PR



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

Projeto de Resolução nº 028/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 31 OUT. 2011

*Ruy*  
1º Secretário

Súmula: Institui no âmbito do Poder Legislativo o Auxílio-Alimentação.

**Art. 1º** Fica instituído Auxílio-Alimentação, a ser pago mensalmente, aos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa.

às **§ 1º.** O Auxílio de que trata esta Resolução possui natureza indenizatória e não é extensível aos proventos de aposentadoria, pensões e aos servidores em disponibilidade, em gozo de licença sem vencimentos para tratamento de interesses particulares, em licença remuneratória para fins de aposentadoria, ou que estejam cumprindo pena de suspensão.

**§ 2º** O Auxílio-Alimentação será pago aos Policiais Militares lotados no Gabinete Militar da Presidência da Assembleia Legislativa.

**Art. 2º** Considerar-se-á, para efeito de pagamento do Auxílio-Alimentação, a proporção de 22 (vinte e dois) dias úteis por mês.

**Parágrafo Único.** A proporção de que trata este artigo será considerada para efeito de desconto de eventuais faltas injustificadas.

**Art. 3º** O auxílio-alimentação de que trata esta Resolução, não será:

I – incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;

II – configurado como rendimento tributável;

*Prof.* *Amato*



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## 17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

III – base de cálculo de contribuição previdenciária; e

IV – caracterizado como salário-utilidade ou prestação in natura.

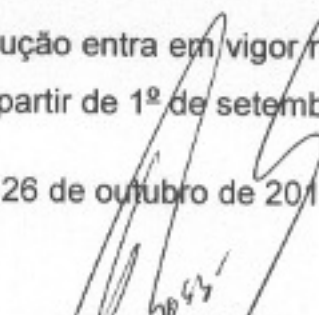
**Art. 4º** O auxílio-alimentação de que trata esta Resolução é fixado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e será revisto por ocasião da revisão geral anual dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo.

**Art. 5º** As despesas desta Resolução serão custeadas com recursos orçamentários do Poder Legislativo.

**Art. 6º** Ficam revogadas as Resoluções nºs 001/1960, 037/1972 e 339/1977 e o Art. 13, da Resolução nº 002/1964.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2011.

Sala das Sessões 26 de outubro de 2011

  
**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

  
**PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**  
1º Secretário

  
**RENI PEREIRA**  
2º Secretário



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

## JUSTIFICATIVA

O Projeto de Resolução apresentado tem por objetivo instituir um Auxílio-Alimentação a ser destinado aos servidores da Assembléia como forma de: (i) minimizar o impacto decorrente do fechamento do restaurante e da dificuldade da instalação de outro, de natureza comercial, no âmbito do espaço físico da Assembleia; e (ii) propiciar uma indenização, mesmo que parcial, em favor dos servidores, pelo dispêndio a que estão obrigados em face da necessidade de fazerem suas refeições fora do lar, dado ao exíguo período de intervalo para refeições.

De outro lado a medida possui caráter social de grande impacto pelo fato de que: (i) universaliza, em favor de todos os servidores, um auxílio que era, precariamente subsidiado pela cessão do espaço ao restaurante comercial que, segundo avaliação, era inapropriado; (ii) permite ao servidor optar por fazer suas refeições em lugares diversos sem que isso represente um impacto expressivo em sua renda e (iii) faz com que a Assembleia esteja em uma situação similar a dos demais empregadores que, de forma generalizada, vêm concedendo o Auxílio-Alimentação, atendendo a dispositivo constitucional.

Por fim, a Proposição revoga a previsão de pagamento do chamado Abono Natalino. Esta vantagem, como evidenciado no Parecer nº 926/11-PG/ALEP, da Procuradoria desta Casa, se constituía em um "*bis in idem*", se considerarmos que os servidores passaram a receber o 13º salário que, por ocasião da sua implantação, em 1983, tinha também o objetivo de absorver o abono natalino - até então concedido aos servidores estatutários.



## **Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

### **17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa**

Por outro lado, nos termos do Parecer da Procuradoria, o Abono Natalino também tinha sua legitimidade potencialmente maculada pelo fato de que, a legislação que o instituiu e, posteriormente, atualizou seus valores, previa a sua indexação ao salário mínimo, ferindo a Constituição além do que, sendo uma verba instituída anteriormente ao Ordenamento Constitucional vigente, não foi recepcionada pela atual constituição.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e cursiva.



## REQUERIMENTO

DESPACHO

I - RECEBIDO

II - PROTOCOLA-SE

III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL EM 24H INCLUIR NA  
SESSÃO PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO

IV - AO DAP PARA PROVIDÊNCIAS

SALA DAS SESSÕES DATA

PRESIDENTE

31 OUT. 2011

**SÚMULA:** Requer a transformação da Sessão Plenária do dia 01 de novembro, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Resolução nº. 28/11.

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 01 NOV. 2011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente ~~subscorre~~ <sup>1º Secretário</sup> no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário a transformação da Sessão Plenária do dia 01 de novembro, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 28/11, que institui no âmbito do Poder Legislativo o auxílio alimentação.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2011.

Deputado Estadual

Deputado Estadual

08  
13  
15  
18  
04  
05  
06  
07  
09  
11  
12  
14  
17  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Liderança do Governo*

**COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA**



**PROJETO DE RESOLUÇÃO 028/11**

**SÚMULA:** INSTITUI NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.

O presente projeto de resolução não apresenta quaisquer óbices legais, constitucionais e de técnica legislativa.

Ademais, a Comissão Executiva é a competente para iniciar processo legislativo acerca da remuneração dos funcionários desta Casa de Leis, conforme art. 18, inciso III, alínea "c".

**Art. 18** À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

III - iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:  
c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na **LEI COMPLEMENTAR 95/98**, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Estando em conformidade com os ditames legais e regimentais e por não apresentar qualquer vício de inconstitucionalidade formal



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

ou material, opinamos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto, tendo condições de ser apreciado e votado pelo Plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2011

DEPUTADO ~~ADEMAR TRAIANO~~  
RELATOR

*Elio Rusch*



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO**  
**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 028/11**

Sob a ótica da adequação financeira, no que tange as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, manifesta-se esta Comissão Geral de Plenário sobre o Projeto de Resolução nº 028/11, que objetiva instituir o Auxílio-Alimentação, a ser pago mensalmente, aos servidores efetivos e comissionados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Também na análise efetivada por esta Comissão Geral de Plenário pode-se constatar que a matéria não encontra impedimento algum quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Assembleia Legislativa.

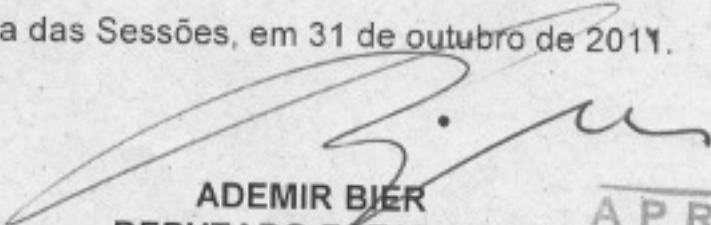
De igual modo, verifica-se ainda, que a implementação do Auxílio-Alimentação, será custeada com recursos orçamentários do Poder Legislativo, consoante a própria justificativa.

Destaca-se ainda, que o valor do referido auxílio é na ordem de R\$400,00 (quatrocentos reais), valor este que será revisto sempre que ocorrer a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores deste Poder.

Diante do exposto, esta Comissão Geral de Plenário opina pela sua aprovação, observando que os efeitos financeiros da proposta, são a partir de 1º de setembro de 2011.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 2011.

  
**ADEMIR BIER**  
**DEPUTADO ESTADUAL**  
**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 01

## PROJETO DE LEI 202/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 21 MAR. 2011

*Marta*  
1º Secretário

Dispõe sobre a afixação de placas informativas nos estabelecimentos comerciais contendo o número telefônico de atendimento do PROCON-PR, e dá outras providências.

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais instalados no Estado do Paraná deverão afixar placas informativas contendo o número telefônico de atendimento da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-PR.

Parágrafo único. Para efeito do dispositivo no *caput* deste artigo, estabelecimento comercial é toda empresa que possui relação de comercialização de produtos ou prestação de serviços junto ao consumidor.

I – Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final.

Art. 2º. As placas deverão ser afixadas adequadamente, de modo a garantir ao consumidor a clareza, precisão, ostensividade e legibilidade da informação apresentada, contendo:

I – o nome "PROCON-PR";

II – a mensagem "Proteção e Defesa ao Consumidor";

III – e, o número telefônico de atendimento do PROCON-PR.

Parágrafo único. O regulamento desta lei definirá o tipo, a forma e o tamanho das placas a serem confeccionadas, bem como a área máxima que deverá ser atendida por cada placa.

Art. 3º. Os estabelecimentos comerciais que não se adequarem as normas estabelecidas por esta lei, estarão sujeitos a penalidade pecuniária, de acordo com seu potencial econômico, aplicada em dobro nos casos de reincidência.

Parágrafo único. Caso haja alteração de número telefônico do PROCON-PR, os estabelecimentos comerciais terão o prazo de 30 (trinta) dias para se adequarem.

Art. 4º. – Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias decorridos da data de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2011

*Marta*  
CANTORA MARA LIMA  
Deputada Estadual

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLA Nº 6109
EM 22/03/11
<i>Ramiro</i> FUNÇÃO

15:16 21/03/2011 001135 IMP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



**JUSTIFICATIVA**

A legislação brasileira sempre contemplou dispositivos nas normas legais, codificadas ou esparsas, que mesmo de forma tímida acenavam para o que atualmente denominamos de proteção e defesa dos consumidores. O Código de Defesa do Consumidor foi o grande marco na evolução da defesa dos consumidores brasileiros, sendo uma lei de ordem pública e de interesse social com inúmeras inovações, inclusive de ordem processual. É nesta perspectiva que o PROCON-PR tem como objetivo principal orientar, educar, proteger e defender os consumidores contra abusos praticados pelos fornecedores de bens e serviços nas relações de consumo.

Esta proposta, em afixar placas informativas nos estabelecimentos comerciais contendo o número telefônico de atendimento do PROCON-PR, visa equilibrar as relações de consumo, reforçando a posição do consumidor na tentativa de inibir possíveis abusos praticados pelos estabelecimentos comerciais.



**PROJETO DE LEI Nº. 202/2011**

**RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI**

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CONTENDO O NÚMERO TELEFÔNICO DO PROCON-PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**EMENTA:** AFIXAÇÃO PLACAS INFORMATIVAS PROCON ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS. DIREITO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL CONCORRENTE. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. SEGUIMENTO TRAMITAÇÃO.

**Síntese:**

O Projeto de Lei nº. 202/2011 dispõe sobre a "afixação de placas informativas nos estabelecimentos comerciais contendo o número telefônico do Procon-PR, e dá outras providências.

Objetiva criar determinação de afixação de placas informativas do contato do Procon pelos estabelecimentos comerciais do Paraná. Ainda, conceitua consumidor e estabelecimento comercial, na art. 1º, e incisa I e parágrafo único.

**Fundamentação:**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I, que à Comissão de Constituição

---

**Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri**

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – gab 805

Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 – end. eletrônico: [tadeuveneri@terra.com.br](mailto:tadeuveneri@terra.com.br)

[www.tadeuveneri.com.br](http://www.tadeuveneri.com.br)



e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei proposto.

A iniciativa da Parlamentar encontra guarida constitucional, pois a matéria consumerista é de competência concorrente, nos termos do artigo 24, inciso V, da Constituição Federal, nestes termos:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

Desta forma, o Estado detém competência para legislar sobre a obrigatoriedade imposta no texto da proposição.

Entretanto, já existe definição dos conceitos de consumidor e estabelecimento comercial (este último classificado como fornecedor) na Lei Federal 8.078/90, o Código de Defesa do Consumidor, nestes termos:

Lei Federal 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.



Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

É vedada nova definição restrita ao âmbito estadual, pois a União já legislou sobre a matéria, o que veda o exercício da competência concorrente pelo Estado, conforme previsão do artigo 24, §§ 1º e 4º da Constituição Federal<sup>1</sup>.

Desta forma, a proposição em apreço merece seguimento, desde que suprimido o parágrafo único e o inciso I do artigo 1º do texto. Segue anexa ao parecer a referida emenda supressiva.

Diante da constitucionalidade, adequação à legislação vigente e à técnica legislativa, **voto pela aprovação do Projeto de Lei nº. 202/11 com a emenda supressiva anexa.**

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.


<sup>1</sup> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: § 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. [...] § 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



  
Deputado Nelson Justus  
Presidente

  
Deputado Tadeu Veneri  
Relator




**PROJETO DE LEI 202/2011**  
**AUTOR: DEPUTADA CANTORA MARA LIMA**  
**RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI**  
**EMENDA SUPRESSIVA**

**EMENDA SUPRESSIVA** à Proposição 202/2011 que "DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CONTENDO O NÚMERO TELEFÔNICO DO PROCON-PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", para suprimir o parágrafo único e o inciso I do referido Projeto de Lei:

Fica suprimido o parágrafo único e o inciso I do texto original da proposição.

Sala das Comissões, 17 de maio de 2011.

  
Deputado Tadeu Veneri



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cloton Kielso, Deputado Nereu Moura,  
Deputado Pedro Lupion, Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro.

Parecer ao Projeto de Lei n. 202/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda supressiva anexa, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Defesa do Consumidor:

Com efeito, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná assevera que:

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 14 À Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete: manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; **manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.** - gn

Neste sentido, propõe a Deputada Estadual Cantora Mara Lima a obrigatoriedade da existência de placa visível nos estabelecimentos comerciais com o número do telefone do Procon/Pr e outras providências.

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Assim, esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pela Deputada proponente de que, diante da existência da informação sobre o Procon, tal medida inibirá a prática de atos atentatórios ao consumidor.

Isto porque, diante da possibilidade de um imediato contato com o Procon e, certamente, de uma sanção, os fornecedores respeitarão as normas que regem o direito do consumidor.

E, cumpre ressaltar, que já existe a obrigatoriedade da existência de um exemplar do Código de Defesa do Consumidor junto aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços (LEI FEDERAL Nº 12.291, DE 20 DE JULHO DE 2010.)

Recomendável, inclusive, a inclusão no texto do Projeto de Lei também dos prestadores de serviço. E, ainda, no sentido de dar um maior aproveitamento ao sentido do Projeto, que também conste a obrigatoriedade da existência de um exemplar do Código de Defesa do Consumidor. Pelo que, apresenta-se emenda aditiva.

É, assim, o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 202/2011, com as alterações conforme proposta de emenda em anexo.

Sala das Comissões, 08 de 08 de 2011.

Deputado LEONALDO PARANHOS

Presidente

Deputado NEREU MOURA

Relator

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR



Projeto de Lei 202/2011

Autor: Deputada Cantora Mara Lima

Relator: Deputado Nereu Moura

Emenda Aditiva

Emenda Aditiva à Proposição 202/2011 que "DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CONTENDO O NÚMERO TELEFÔNICO DO PROCON-PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", para acrescentar ao caput do Artigo 1º, ficando da seguinte forma disposto:

Art 1º. Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, instalados no Estado do Paraná, deverão afixar placas informativas contendo o número telefônico de atendimento da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-PR, ~~bem a obrigatoriedade~~ da existência no local de exemplar do Código de Defesa do Consumidor"

Sala das Comissões 8 de 8 de 2011.

Deputado Leonaldo Paranhos  
Presidente

Deputado Nereu Moura  
Relator



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 202/11**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Mara Lima, tem por objetivo dispor sobre a afixação de placas informativas nos estabelecimentos comerciais contendo o número telefônico de atendimento do Procon-Pr.

**DA TRAMITAÇÃO**

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Defesa do Consumidor, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

**DO MÉRITO**

A questão da clareza, precisão, ostensividade e legibilidade da informação apresentada nas placas são as principais finalidades da matéria, dando garantias ao consumidor e evitando possíveis abusos praticados pelos estabelecimentos comerciais.


O Procon-Pr tem como objetivo principal orientar, educar, proteger e defender os consumidores contra abusos praticados pelos fornecedores de bens e serviços nas relações de consumo.

## DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 19/09/11

  
DEPUTADO ANDRÉ BUENO  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO DUILIO GENARI  
RELATOR









*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 37  
STP

**PARECER À EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 202/11**

**Projeto de Lei nº 202/11**

**Autor da emenda: Comissão de Defesa do Consumidor.**

**Súmula:** Dispõe sobre a afixação de placas informativas nos estabelecimentos comerciais contendo o número telefônico de atendimento do PROCON – PR e dá outras providências.

**EMENTA:** OBJETIVA ACRESCENTAR A OBRIGATORIEDADE DA EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NOS ESTABELECIMENTOS QUE SE REFERE O ART. 1º DO PROJETO DE LEI 202/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, dispõe sobre a afixação de placas informativas nos estabelecimentos comerciais contendo o número telefônico de



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



atendimento do PROCON-PR, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Tadeu Veneri.

Ocorre que, na Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Aditiva, de autoria do Relator da referida Comissão, Deputado Estadual Nereu Moura. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Aditiva em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

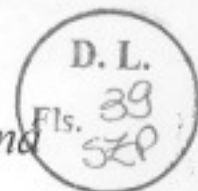
**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.** (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Defesa do Consumidor.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §3º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva aquela proposição que se acrescenta a outra.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.** (grifo nosso)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar. •



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 40  
STP

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa a emenda ora em tela, propõe-se a subemenda, que segue em anexo, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva proposta pelo Deputado Estadual Nereu Moura, Relator deste Projeto de Lei na Comissão de Defesa do Consumidor, na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 25 de Outubro de 2011.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO TADEU VENERI**  
**RELATOR**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*


D. L.  
Fls. 41  
SLP

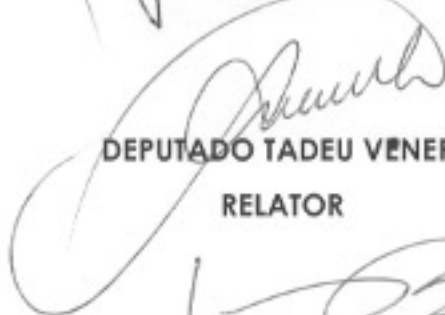
**SUBEMENDA A EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE DEFESA DO  
CONSUMIDOR AO PROJETO DE LEI Nº 202/2011**




Com fulcro no que autoriza o artigo 138 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa incluir o termo "como" na Emenda Aditiva da Comissão de Defesa do Consumidor de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, instalados no Estado do Paraná, deverão afixar placas informativas contendo o número telefônico de atendimento da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-PR, bem **como** a obrigatoriedade da existência no local de exemplar do Código de Defesa do Consumidor."

Sala das Comissões, em 25 de Outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**  
**RELATOR**

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

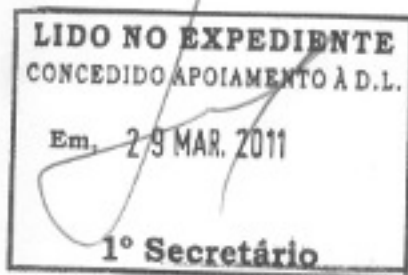


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D.L.  
Fls. 01

PROJETO DE LEI Nº 239/11



Súmula: Dispõe sobre a criação de um Cadastro de Compra e Venda de Cabos de Cobre nos Ferros-Velhos do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Todos os ferros-velhos e similares ou locais que comprem ou vendam cabos de cobre para reciclagem deverão identificar seu vendedor/comprador.

Parágrafo Único: Os ferros-velhos e similares descritos neste artigo deverão preencher um cadastro, no qual deverão constar: nome, endereço, RG e CPF do Vendedor/Comprador.

Art. 2º - O descumprimento desta lei acarretará ao estabelecimento as seguintes penalidades:

- I - Multa de 10.000 UFIRs;
- II - Em caso de reincidência, o cancelamento de sua inscrição estadual;
- III - Apreensão de todo material identificado como cabo de cobre pelo órgão de Segurança Pública ou outro determinado pelo Estado.

Art. 3º - As fichas cadastrais deverão ser encaminhadas mensalmente à Secretaria de Estado de Segurança Pública ou ao órgão determinado pelo Estado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de março de 2011.

Deputado  CAIO QUINTANA



Fls. 02

JUSTIFICATIVA:

O grande número de furtos de cabos de energia e cabos telefônicos de cobre, no Estado do Paraná, tem causado enormes transtornos à população e às empresas, que tem que arcar com o custo de reinstalação imediata dos que foram furtados.

Este projeto de lei, tem por objetivo coibir esta prática delituosa que vem ocorrendo em todo o Estado e que vem sendo veiculada nos meios de comunicação quase que diariamente.

Os órgãos de segurança podem filtrar estes cadastros para localizar ou infratores e, até mesmo, a simples ação de preencher o cadastro pode levar os meliantes a desistir de seu furto por falta de mercado para entrega.

Esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares com assento nesta Casa, para a aprovação do presente projeto.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 239/11**

Projeto de Lei nº 239/2011- Autor: Deputado Estadual Caíto Quintana.

**\*\*EM ANEXO:**

Projeto de Lei nº 449/2011 – Autor: Deputado Hermas Brandão

**Súmula:** Dispõe sobre a criação de um Cadastro de Compra e Venda de Cabos de Cobre nos Ferros-Velhos do Estado do Paraná.

**EMENTA:** CADASTRO DE COMPRA E VENDA DE CABOS DE COBRE NOS FERROS VELHOS DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13. LEI ESTADUAL Nº 14.647/2005. REVOGAÇÃO. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

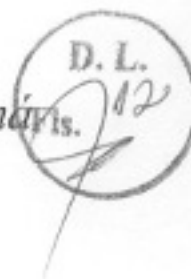
O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Estadual Caíto Quintana, tem por finalidade criar um cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferros-velhos do Estado do Paraná.

Cumpre esclarecer que junto a este Projeto, foi anexado o Projeto de Lei nº 449/2011 de autoria do Deputado Estadual Hermas Junior, por se tratar da mesma matéria.

•



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Os Projetos de Lei em questão visam regulamentar o comércio de sucatas metálicas ferrosas e não ferrosas no Estado do Paraná; inclusive com o devido cadastro de fornecedores destes materiais.

Insta salientar que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Igualmente, a Constituição do Estado do Paraná vem estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

V - produção e consumo;

Um aspecto que deve ser destacado, qual seja: a existência da **LEI ESTADUAL Nº 14.647 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2005** a qual disciplina o referido assunto, conforme dispõe em sua súmula:

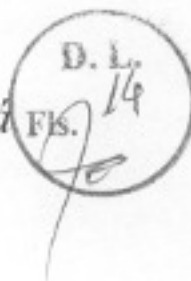
**SUMULA:** Dispõe que os estabelecimentos comerciais que comprem materiais de metal usados para revenda, ficam obrigados a manterem cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras.

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais que atuam no território paranaense e comprem materiais usados para revenda, como:  fios , arames, peças, tubos, tampos, e  outros do gênero , em aço,  cobre ,  alumínio , zinco, ferro ou outro tipo de metal, ficam obrigados a manter em seu poder, devidamente atualizado, um cadastro com os dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas tais compras.

Ora, apesar da existência da lei supramencionada, ressalta-se que os Projetos de Lei em análise visam regular a matéria de uma forma mais específica e detalhada no que tange aos fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Ademais para sanar alguns vícios de inconstitucionalidade foi devidamente apresentado o SUBSTITUTIVO GERAL em anexo e, inclusive, revogando integralmente a Lei Estadual 14.647/2005 que disciplinava de maneira mais ampla o referido assunto.






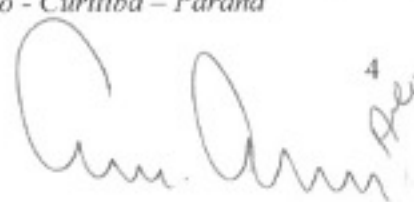
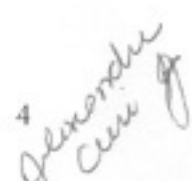
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** dos presentes Projetos de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** nos termos da **EMENDA SUBSTITUTIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL – PROJETO DE LEI 239/2011**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 2º do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Substitutiva, para contar com a seguinte redação:

**Art. 1º** - Ficam alterados os Projetos de Lei n.º 239/2001 e 449/2011, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

**Súmula:** Dispõe sobre a criação de um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas no Estado do Paraná e dá outras providências.

**Art. 1º.** Fica instituído o Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral e o Termo de Responsabilidade Pessoal;

**Art. 2º.** Todos os comerciantes de materiais de reciclagem metálicos em geral, ferrosos e não-ferrosos, os desmontes, os ferros-velhos, os recicladores e os sucateiros deverão manter um Cadastro de Fornecedores de sucatas metálicas de suas operações comerciais mensais;

**Art. 3º.** O Cadastro de Fornecedores deverá conter o nome completo, o endereço, nº. de documento de identificação (RG., Carteira de Habilitação) e o nº. de inscrição no C.P.F./M.F., se pessoa física, e razão social, endereço, nº. de inscrição no C.N.P.J./M.F., se pessoa jurídica, de todos os fornecedores de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral e, em ambos os casos, a individualização das aquisições com a datação e pesagem em quilogramas, de todas as compras efetuadas por fornecedor e este, por tipo de material;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 4º.** O cadastro a que se refere o artigo 1º. deverá ser mantido em ordem e atualizado e, sempre que solicitado, colocado à disposição dos organismos de fiscalização;

**Art. 5º.** O adquirente de sucatas metálicas ferrosas e não-ferrosas em geral exigirá do fornecedor o Termo de Responsabilidade Pessoal;

*Parágrafo Único* – O Termo de Responsabilidade Pessoal, assinado pelo fornecedor, declarará, expressamente, a garantia do fornecedor pela procedência dos materiais ofertados, responsabilizando-se civil e penalmente pela venda, como forma de elidir a responsabilidade criminal dos adquirentes, sem prejuízo da reparação por perdas e danos.

**Art. 6º.** As concessionárias ou permissionárias e os órgãos de segurança pública instituirão canais diretos de comunicação, prestando suporte técnico, se necessário, e a devida assistência para a investigação de casos suspeitos;

**Art. 7º.** O Termo de Responsabilidade Pessoal assinado pelo fornecedor e a emissão do respectivo documento fiscal de compra e venda, vincula à origem dos materiais oferecidos e adquiridos pelas empresas referidas no art. 2º. e terá valor probante de idoneidade do ato negocial;

*Parágrafo Único:* Nas diligências policiais, serão primeiramente observados os procedimentos estabelecidos nesta lei.

**Art. 8º.** Os documentos fiscais emitidos nas operações de compra e venda internas e externas em favor das empresas referidas no art. 2º. substituirão o Cadastramento referido no artigo 1º. para os efeitos desta lei.



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**Art. 9º.** O descumprimento desta lei acarretará nas seguintes penalidades:

- I - multa de 1.000 a 10.000 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná);
- II - apreensão pelo órgão de Segurança Pública de todo o material não cadastrado e suspeito;
- III - em caso de reincidência, a interdição do estabelecimento pelo prazo de até 90 (noventa) dias e o cômputo em dobro das penalidades pecuniárias;






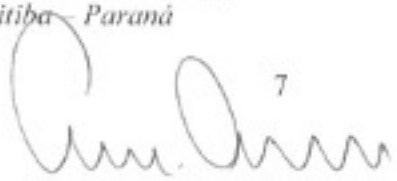
**Art. 10.** Fica revogada a Lei Estadual n.º 14.647 de 23 de fevereiro de 2005.

**Art. 11.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
**Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**PARECER AOS PROJETOS DE LEI Nº 239/11 E Nº 449/11**

**PREÂMBULO**

Os projetos de lei em tela, de autoria dos Deputados Caíto Quintana e Hermas Brandão Junior, **ambos anexos através de requerimento aprovado em Plenário**, visam dispor sobre a criação de um cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferro-velhos do Estado do Paraná e institui formas de prevenção e combate ao furto e roubo de cabos e fios de cobre, de alumínio e peças de transformadores no Estado e disciplina o comércio desse material, qualquer que seja sua forma de apresentação, respectivamente.

**DA TRAMITAÇÃO**

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

**DO MÉRITO**

Esta matéria visa coibir a prática delituosa do furto de cabos de energia e cabos telefônicos de cobre. Medida mais do que justificável.


A reinstalação destes cabos gera grande despesa às empresas e a criação do cadastro facilitará a identificação dos infratores.

## DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por **não haver óbice**, exaramos parecer pela normal tramitação dos presentes Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO  
PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI  
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO  
PARANÁ



1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 239/2011 – 449/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caio Quintana e Hermas Brandão Junior, dispõe sobre a criação de um cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferro-velhos do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, podemos constatar a existência de pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos constitucionais e legais.

Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.


Mister esclarecer que o presente projeto, é de fundamental importância, coibindo ações criminosas e furtos de materiais recicláveis.


CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos **FAVORAVELMENTE** ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 24 de Outubro de 2011.

  
Mauro Moraes  
Presidente da Comissão

  
Gilberto Ribeiro  
Relator

  
Dep. Bien

  
Dep. ACIOLLI



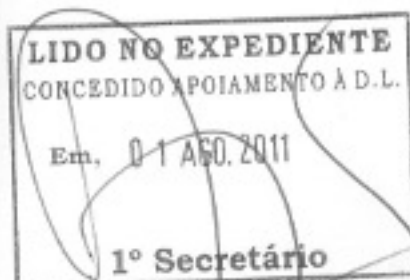
# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de lei nº

593/11




**SÚMULA:** Declara de Utilidade Pública a União Fraternal Divina Piedade com sede e foro no município de Campina Grande do Sul no Estado do Paraná.

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública a União Fraternal Divina Piedade com sede e foro no município de Campina Grande do Sul, neste Estado.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2011.

  
**Tadeu Veneri**  
**Deputado Estadual**



**JUSTIFICATIVA:**

A União Fraternal Divina Piedade vem há um ano, promover assistência social a idosos, crianças e adolescentes, que estejam desamparados, e necessitam de: educação gratuita em todos os níveis e modalidades, abrigo, defesa de seus direitos, cuidados, estadias, alimentação, preparação para o trabalho, aconselhamento e acompanhamento psicológico e social.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2011.



**Tadeu Veneri**  
**Deputado Estadual**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 591/2011**

Projeto de Lei nº. 591/2011

Autor: Deputado Estadual Tadeu Veneri

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **União Fraternal Divina Piedade**, com sede e Foro no Município de Campina Grande do Sul, no Estado do Paraná.

**EMENTA:** DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –  
LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS  
- PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **União Fraternal Divina Piedade**, com sede e Foro no Município de Campina Grande do Sul, no Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

•



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 53

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 25 de 10 de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
**RELATOR**



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº

759/11

**Súmula:** Concede Título de  
Cidadão Benemérito ao Senhor  
Gilberto Amaury de Godoy Filho.



**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Gilberto Amaury de Godoy Filho.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

  
**MARCELO RANGEL**  
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



**JUSTIFICATIVA:**

O presente Projeto de Lei visa conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Gilberto Amaury de Godoy Filho.

Gilberto Amaury de Godoy Filho, conhecido como "Giba", nasceu no Município de Londrina, no dia 23 de dezembro de 1976. O paranaense é um dos jogadores mais bem cotados da história do voleibol brasileiro, atuando na posição de passador-atacante.

O jogador iniciou sua carreira como atleta quando foi morar em Curitiba, atuando pelo Circulo Militar do Paraná e, desde então, cresceu e desenvolveu seu caminho com dedicação e empenho.

Giba foi eleito em 2006 o melhor jogador do mundo após o título de campeão mundial pela seleção brasileira, com a vitória sobre a Polônia por 3 sets a 0 e apresenta um vasto currículo esportivo, o qual segue, com seus principais destaques, em anexo.

Atualmente Giba é casado com a também jogadora de vôlei romena Cristina Pîrv, com quem tem uma filha chamada Nicoll e um filho chamado Patrick. Toda a família reside na capital paranaense, apesar da atuação do atleta em outro Estado, destacando, mais uma vez, seu sentimento pelo Estado em que nasceu.

Diante do exposto e do merecimento da concessão deste título ao jogador Gilberto Amaury Godoy Filho, pedimos o apoio e conseqüente aprovação da presente proposta.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Projeto de Lei nº 759/2011**

**Autor: Deputado Marcelo Rangel**

**PARECER:**

O Projeto de Lei nº 759/2011, de autoria do nobre Deputado Marcelo Rangel, objetiva conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. GILBERTO AMAURY DE GODOY FILHO.

Dispõe a Lei 13.115/2001, alterada pelas Leis nºs 14.677/2005 e 16.213/2009, que:

**"Art. 1º - O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis, que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça aos menos 4( quatro) das seguintes condições:**

- I – contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;**
- II – ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;**
- III – biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;**
- IV – notório conhecimento e saber na área de atuação;**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

17

**V – publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.**

**Parágrafo único – No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no *caput* deste artigo."**

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projeto de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que, o parlamentar subscritor possui legitimidade para tal.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança, pelo ofício anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadania benemerita.

Preenchidos, também, os demais requisitos legais, não sendo encontrando qualquer óbice à normal tramitação deste projeto de lei.

Pelo exposto, esta Comissão opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 759/2011.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

Deputado CAITO QUINTANA

Relator

**ANTEPROJETO DE LEI N.º 763/2011**

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

**Art. 1º** – Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), conforme o Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** – Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o Artigo anterior, igual importância, provenientes de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta Lei.

**Art. 3º** – Em decorrência do contido nos Artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta Lei.

**Art. 4º** – Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I				Fl. 01	
DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr.	Valor	N.º do Proc.	COP
0300	TRIBUNAL DE CONTAS						
0301	TRIBUNAL DE CONTAS						
1400	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO - PROMDEX	44905200	107	09	522.000	1089	
Total					522.000		

CANCELAMENTO		ANEXO II				Fl. 01	
DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00	
Cód.	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte	Gr.	Valor	N.º do Proc.	COP
0300	TRIBUNAL DE CONTAS						
0301	TRIBUNAL DE CONTAS						
1400	PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO - PROMDEX	33901400	107	09	180.000	1090	
		33901300	107	09	80.000	1090	
		33901500	107	09	42.000	1090	
		33901908	107	09	200.000	1090	
		33901920	107	09	20.000	1090	
Total					522.000		

ACRÉSCIMO		ANEXO III				Fl. 02	
RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.	Valor	Processo		
2471.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	107	09	522.000	1089		
Total					522.000		

REDOÇÃO		ANEXO IV				Fl. 02	
RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00	
Código	Especificação	Fonte	Gr.	Valor	Processo		
1761.99.00	Outras Transferências de Convênios da União	107	09	522.000	1090		
Total					522.000		

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 59/2011

Curitiba, 19 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei Estadual n.º 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura da espécie de despesa investimentos, com a finalidade de aquisição de equipamentos, visando a continuidade do Projeto Modernização do Controle Externo – PROMOEX.

Ainda, cumpre mencionar que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações do próprio Órgão.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Prot. N.º 11.219.486-0 (hph/vcl)

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2485 Fax: 41 3350-2476

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 19 de setembro de 2011  
OF CEE/G 151/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 SET. 2011

*Pranch*  
1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 26/09/2011

*[Assinatura]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 59/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, com a finalidade de aquisição de equipamentos, visando a continuidade do Projeto Modernização do Controle Externo – PROMOEX.

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 763/11**

Projeto de Lei nº. 763/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 059/11

**Súmula:** Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

**EMENTA:** APROVA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 522.000,00 AO VIGENTE ORÇAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS, PARA ABERTURA DA ESPÉCIE DE DESPESA INVESTIMENTOS, COM A FINALIDADE DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VISANDO A CONTINUIDADE DO PROJETO MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO - PROMOEX. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. ARTS. 29, 33, 124 E 137 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA EM ANEXO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura da espécie de despesa investimentos, com a finalidade de aquisição de equipamentos, visando a\* continuidade do Projeto Modernização do Controle Externo - PROMOEX.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:  
II - as diretrizes orçamentárias anuais;  
III - os orçamentos anuais.  
§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:  
VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

•

Não obstante, cabe ressaltar que a dispensa dos créditos em apreço poderá implicar em um impacto na expectativa de receita, motivo pelo qual, nos termos da Lei Complementar nº 101/00, existe a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

necessidade da apresentação da estimativa do impacto financeiro que a pretendida renúncia de receita pode gerar:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias; (grifo nosso)

Assim, verifica-se que o projeto de lei cumpre os requisitos da Lei Complementar Federal 101/00, tendo em vista está devidamente acompanhado do impacto orçamentário-financeiro.

No entanto, com o objetivo de retificar erro de grafia no Projeto de Lei ora em tela, propõe-se a seguinte Emenda Supressiva, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

•  
Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas.  
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, § 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

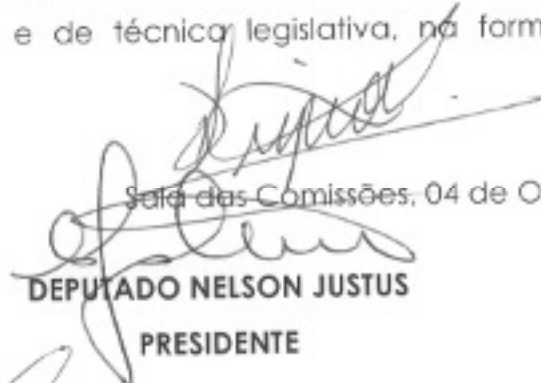
Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.


§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA SUPRESSIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 04 de Outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR**  
**RELATOR**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

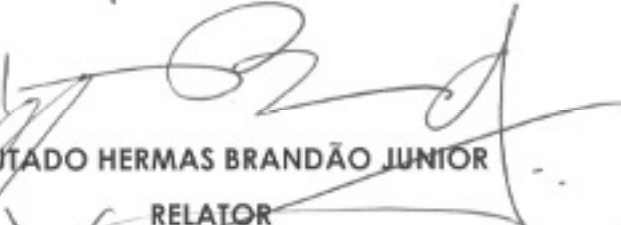
**EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 763/2011**

De acordo com o que determina os artigos 29 e 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, passa o art. 4º do Projeto de Lei nº 763/11 a contar com a seguinte redação:

**Art.4º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 04 de Outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR**  
**RELATOR**





# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 763/11

O Projeto de Lei em análise, oriundo de Mensagem do Poder Executivo nº 059/11, *aprova crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), ao orçamento do Tribunal de Contas, com a finalidade de aquisição de equipamentos, visando a continuidade do Projeto Modernização do Controle Externo - PROMOEX.*

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para o mesmo.

Os recursos ora propostos são provenientes de cancelamentos de dotações do próprio órgão da fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais - "Convênios do tesouro", da natureza de despesa 33901400 R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais - diárias - pessoal civil), 33903300 R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais - passagens e despesas com locomoção), 33903500 R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais - serviços de consultoria), 33903900 R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais - outros serviços de terceiros) e 33903900 R\$ 20.000,00 (vinte mil reais - outros serviços de terceiros) que servirá como recurso para cobertura de crédito de igual importância, passando para acréscimo da natureza de despesa 44905200 - Equipamentos e Material Permanente.

A autorização legislativa para a abertura de crédito especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:

*"Art. 135 São vedados:*

*V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."*



# ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO


Assim como o art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I, II, III e IV.


A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim os critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

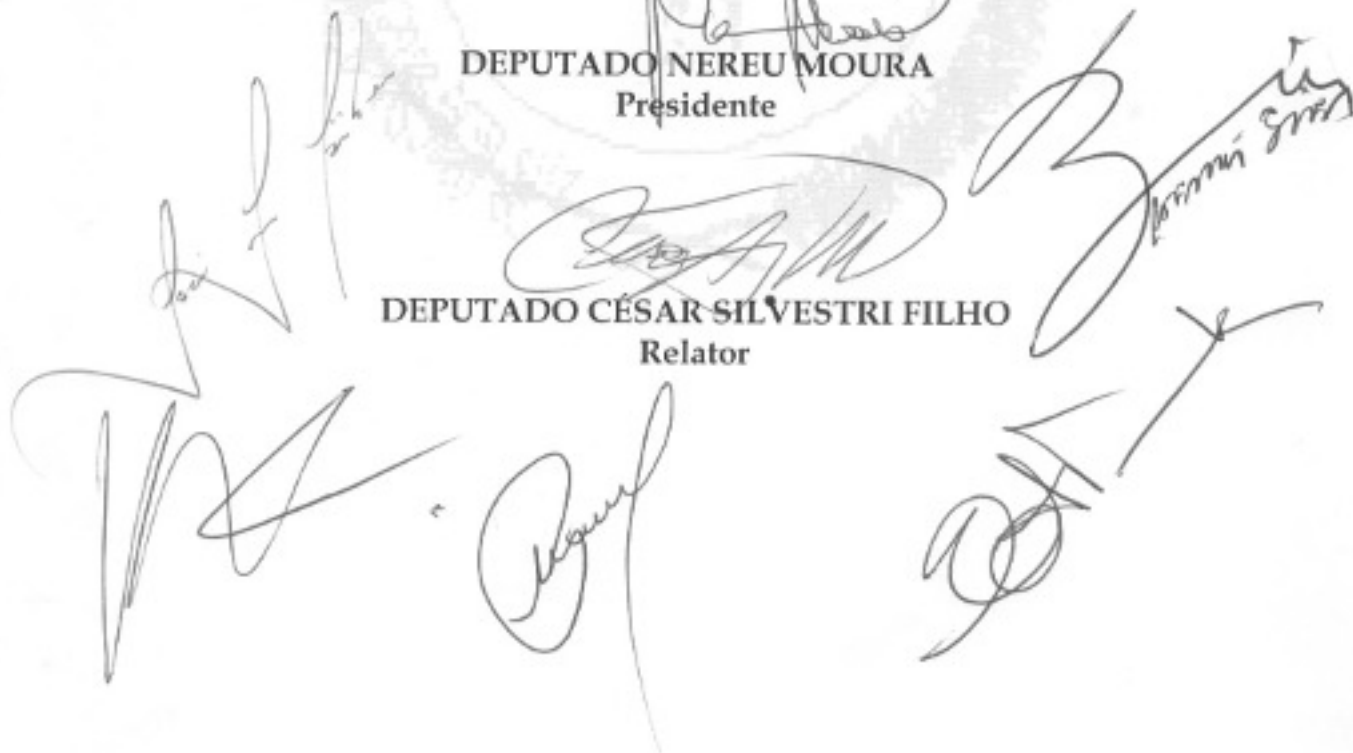
Chamada esta Comissão de Orçamento a opinar, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, a mesma acompanha o parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça ao projeto em questão.

É o parecer

Sala das Comissões,

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
Presidente

  
**DEPUTADO CÉSAR SILVESTRI FILHO**  
Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

fl. 27

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 763/11**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 59/11, que aprova abertura de crédito especial no valor de R\$522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, para a abertura da espécie de despesa investimentos, com a finalidade de aquisição de equipamentos, visando a continuidade do Projeto Modernização do Controle Externo – PROMOEX.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável. Salienta-se ainda, a existência do pronunciamento favorável da Comissão de Orçamento desta Casa de Leis.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão atende aos preceitos constantes, tanto da Lei Orçamentária Federal nº 4320/64, como da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda, observe-se que a abertura do crédito especial, objeto da referida proposta, está em consonância com o art. 135, V, da Carta Estadual, onde esclarece que serão vedadas as aberturas de crédito suplementar ou especial sem a devida autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. •

De igual modo, observe-se que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotação do próprio Órgão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Isto posto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 26/10/11

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
RELATOR

  
DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
PRESIDENTE





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa



## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

004/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 OUT. 2011

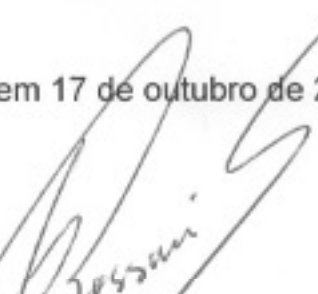
1º Secretário

**Súmula:** Revoga o Decreto Legislativo 012/92, que instituiu a Gratificação de Representação pelo exercício do cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 1º** Fica revogado o Decreto Legislativo nº 012, de 23 de dezembro de 1992.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 17 de outubro de 2011

  
**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

  
**PLAUTO MIRO GUIMARÃES**  
1º Secretário

  
**RENI PEREIRA**  
2º Secretário



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa



## JUSTIFICATIVA

Embora reconhecida, pela Resolução nº 13, de 21 de março de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, como não abrangida e não extinta pelo subsídio do Ministro do Supremo Tribunal, a gratificação pelo exercício da presidência prevista no Decreto Legislativo que se pretende revogar, não encontra acolhimento no âmbito da sociedade e, neste contexto, para que não parem dúvidas futuras quanto ao seu pagamento, entendemos que a mesma pode ser extinta, com o que o Legislativo Paranaense estará dando mais um exemplo positivo no trato das verbas públicas.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 10

PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 004/11

Projeto de Decreto Legislativo nº 004/11  
Autor: Comissão Executiva

Súmula: Revoga o Decreto Legislativo nº 012/92, que instituiu a gratificação de representação pelo exercício do cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

EMENTA: REVOGA O DECRETO LEGISLATIVO Nº 012/92, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO PELO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 33, 117 E 121 RI ALEP. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa da Comissão Executiva, visa revogar o Decreto Legislativo nº 012/92, que instituiu a gratificação de representação pelo exercício do cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

---

*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 11

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná determina em seu artigo 117 que proposição é toda matéria sujeita à deliberação desta Assembleia e consiste em projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos:

**Art. 117 Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.**

**§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.**

Ademais, verifica-se que o Decreto é o instrumento hábil para que seja dado seguimento à presente proposta, conforme aduz o artigo 121, §3º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 121 A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.**

**§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:**

**I - fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;**

**II - fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;**

**III - solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;**

**IV - autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do País ou do Estado, por mais de quinze dias;**

**V - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;**

**VI - aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;**

**VII - aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;**

**VIII - sustação de processo criminal contra Deputados;**

**IX - deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;**



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. L.  
Fls. 12

*X - dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembléia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.*

Neste sentido, a observação do doutrinador José Afonso da Silva:


*Nada se diz sobre o processo de formação dos decretos legislativos e das resoluções. Aqueles são atos destinados a regular matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49) que tenham efeitos externos a ele; independem de sanção e de veto. As resoluções legislativas são também atos destinados a regular matéria de competência do Congresso e de suas Casas, mas com efeitos internos; assim os regimentos internos são aprovados por resoluções.*

Desta forma, constata-se que o Decreto Legislativo é o instrumento hábil para a correta formalização das propostas.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011

  
**NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**Pr. EDSON PRACZYK**  
Relator

1 DA SILVA, José Afonso, Curso de Direito Constitucional Positivo, Editora Malheiros, 27ª Ed. São Paulo, 2007. Pág. 525.

*Prça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*